

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Baptista Júnior ofereceu voo turbulento a Bolsonaro

Nada de céu de brigadeiro

No jargão aeronáutico, costuma-se dizer que um céu azul, limpo e sem nuvens é um “céu de brigadeiro”. Ao depor na quarta-feira (21) como testemunha de acusação na ação penal por tentativa de golpe que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julga, porém, Carlos de Almeida Baptista Júnior, ex-comandante da Aeronáutica, dispensou com-

pletamente o céu de brigadeiro. Pelo menos para os voos futuros do ex-presidente Jair Bolsonaro, ele acrescentou nuvens pesadas no caminho. Depois da expectativa de uma versão mais amena do golpe após o depoimento do general Freire Gomes, ex-comandante do Exército, um dia antes, o brigadeiro entregou para Bolsonaro a possibilidade de um voo turbulento.

Ameno

O tom ameno de Freire Gomes na véspera gerou certa apreensão entre os acusadores e alívio para os defensores. Embora tenha confirmado o principal, o general parecia dar força à versão de Bolsonaro, de que tudo o que fez foi discutir eventuais hipóteses constitucionais.

Golpe

Nada disso. Baptista Júnior afirma que ficou claro que Bolsonaro cogitava intervenção militar para anular as eleições. Mais: disse que, de fato, Freire Gomes ameaçou o ex-presidente com a possibilidade de prisão. E que se pensou até prender Alexandre de Moraes.



Alan Santos/PR

Versão amena de Freire Gomes não sobreviveu um dia

Lição de advogado: “O dia do todo é a véspera do nada”

Um experiente advogado que acompanha bem de perto o processo na Primeira Turma do STF lembrou ao Correio Político uma frase que sempre dizia a seus alunos dos primeiros anos do curso de Direito: “O dia do todo é a véspera do nada”. Quem imaginou que o depoimento de Freire Gomes poderia garantir uma ver-

são mais edulcorada da narrativa do golpe nada entende das nuances de um processo penal. Tais julgamentos o tempo todo avançam e recuam, dependendo do perfil das testemunhas. Na essência, diz ele, o general confirmou as acusações e os fatos narrados pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Fragilidades

O que pode haver são fragilidades na denúncia que consigam livrar um ou outro, ao amenizar certas situações. Como aconteceu na terça-feira quando dois dos acusados no núcleo militar escaparam de virar réus. Problema na peça de Gonet? Não necessariamente.

Gonet

Esse advogado lembra que Gonet, como procurador, sempre atuou mais em peças de Direito Constitucional. Não é alguém forjado no Direito Penal. Isso faz com que, em alguns momentos, possa deixar brechas que um defensor mais experiente poderá explorar.

Oportunidade

Nesse sentido, os defensores talvez tenham perdido a oportunidade de aproveitar melhor o depoimento mais ameno de Freire Gomes. Até porque, diante do testemunho na quarta de Baptista Júnior, a chance passou. No momento, a tese acusatória voltou para os trilhos.

Surpresa

Aí, esse advogado solta outra lição para os alunos iniciantes de Direito: “Deus me livre de uma testemunha que eu não sei o que irá dizer”. Talvez isso tenha acontecido no depoimento de Freire Gomes. Surpresos com um general mais ameno, deixaram a chance passar.

CCJ do Senado aprova fim da reeleição no Executivo

Proposta também amplia o mandato de quatro para cinco anos

Geraldo Magela/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (21), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 12/2022), que propõe mudanças significativas no sistema político-eleitoral brasileiro. O texto elimina a possibilidade de reeleição para cargos do Executivo — presidente da República, governadores e prefeitos — mesmo que o ocupante se afaste do cargo meses antes da eleição. Em contrapartida, o mandato atual de quatro anos será ampliado para cinco.

O texto é um substitutivo apresentado pelo relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI), baseado na proposta original de Jorge Kajuru (PSB-GO). Após a análise na CCJ, a matéria segue agora para o plenário, com pedido de urgência. Caso aprovado, o texto ainda precisará passar pela Câmara dos Deputados.

Unificado

A proposta também unifica o calendário eleitoral. A partir de 2034, todas as eleições municipais, estaduais e federais ocorrerão simultaneamente, a cada cinco anos. De acordo com o relator, a medida visa reduzir os custos com a organização dos pleitos, otimizar o uso dos recursos públicos e facilitar o processo para eleitores e candidatos, evitando o atual ciclo bienal de eleições.

Além de extinguir a reeleição no Executivo, a PEC também modifica os mandatos parlamentares. Senadores,



Castro estabelece mandatos de cinco anos, sem reeleição

deputados federais, estaduais e vereadores passarão a ter mandatos de cinco anos. No caso do Senado, isso representa uma redução — atualmente, o cargo é exercido por oito anos.

O tema gerou divergências durante a análise. O relatório de Castro inicialmente propunha o aumento do mandato no Senado para dez anos. No entanto, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) apresentou uma emenda propondo a redução para cinco anos, em alinhamento com os demais cargos. Embora o relator tenha defendido o conceito de alternância de poder se aplica principalmente ao Executivo, ele reconheceu a formação de maioria favorável à emenda e decidiu acatar a mudança.

“A única coisa que mudou

no meu relatório foi em relação ao mandato de senadores que estava com dez anos. Eu estava seguindo um padrão internacional, já que o mandato de senador sempre é mais extenso do que o mandato de deputado. Mas senti que a CCJ estava formando maioria para mandatos de cinco anos, então me rendi a isso”, explicou Marcelo Castro.

A proposta também altera a dinâmica das eleições para o Senado. Atualmente, a renovação das cadeiras ocorre de forma alternada, com dois terços dos senadores sendo eleitos em uma eleição e um terço na seguinte. A partir de 2039, todas as 81 vagas serão disputadas simultaneamente.

Transição

Além disso, a proposta esta-

belece um período de transição para a implementação do fim da reeleição. Nas eleições de 2026, as regras permanecem as mesmas. Em 2028, prefeitos que buscarem a reeleição poderão fazê-lo uma última vez, com os mandatos seguintes sendo estendidos para seis anos, alinhando-se ao calendário de 2034, quando todas as eleições serão simultâneas.

Para os governadores, a última chance de reeleição será em 2030, com os novos mandatos passando a ser de cinco anos a partir de 2034.

No caso de prefeitos e vereadores, a transição será diferente: os eleitos em 2028 terão mandatos de seis anos, enquanto, a partir de 2034, esses cargos também terão duração de cinco anos.

CPMI do INSS deve ser instalada na próxima semana

Por Gabriela Gallo

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), irá ler o requerimento que solicita a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na próxima sessão conjunta do Congresso Nacional, agendada para a próxima terça-feira (27). Ao ler o requerimento, Alcolumbre instalará oficialmente a comissão.

A informação foi anunciada pela deputada federal Coronel Fernanda (PL-MT) no plenário da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (21) e pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) no Senado ao lado do próprio Alcolumbre, que não negou a declaração.

O pedido que pede a criação do colegiado para investigar o esquema de descontos ilegais de aposentados e pensionistas do INSS conta com a assinatura de 277 parlamentares do Congresso, sendo 236 assinaturas de deputados federais e 41 senadores, alcançando a maioria da Casa.

Dentre as assinaturas dos senadores, está o ex-líder do PT no Senado senador Fabiano Contarato (ES). O parlamentar contraria o posicionamento do Palácio do Planalto que, até o fechamento desta reportagem, busca adiar a instalação da CPMI o máximo possível.

Consciência

Em entrevista ao UOL, o



Andressa Anholete/Agência Senado

Lido o pedido por Alcolumbre, CPMI será instalada

senador disse que não pensa em retirar o apoio ao projeto. “Eu tenho a minha consciência muito tranquila, a plena convicção do que eu fiz, e não cogito a hipótese de retirar a assinatura”, declarou Contarato.

O senador, contudo, não foi o primeiro aliado do governo a considerar a instalação da comissão. Anteriormente, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), já havia declarado que, com a então instalação do colegiado, o governo tentaria emplacar parlamentares da base do governo na presidência da comissão e na relatoria do projeto. Por enquanto, a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) é cotada pelo governo para ser a relatora da CPMI.

Com a CPMI, o governo deve tentar mudar a narrativa do caso e jogar a culpa da crise no INSS na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — já que, segundo a apuração da Polícia Federal (PF), o esquema ocorreu entre 2019 e 2024. Na mesma linha (apesar de atualmente ser uma bancada independente), a bancada do PDT no Congresso informou que apoiará a instalação da CPMI, desde que ela também investigue as irregularidades cometidas durante a presidência de Jair Bolsonaro.

Segundo o próprio INSS, em uma semana, 1,8 milhão de aposentados e pensionistas recorreram ao instituto afirmando que declararam terem sido vítimas de descontos irre-

gulares de seus benefícios previdenciários. Os números foram coletados até as 17h desta quarta-feira (21). As denúncias dos beneficiários foram registradas através do aplicativo “Meu INSS” e pela “Central de Atendimento 135”.

Anistia

Enquanto o Congresso discute a instalação de uma comissão solicitada pela oposição ao governo federal, a oposição na Câmara dos Deputados segue nas articulações para conseguir pautar o projeto que concede anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Durante a reunião de líderes da Câmara nesta terça-feira (20), o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), alertou aos líderes da oposição que não daria aval ao projeto porque o projeto pode ser considerado como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — portanto, segundo o presidente, não há sentido em discutir aprovar uma medida que venha a ser barrada pelo Judiciário posteriormente.

Líderes presentes na reunião interpretaram que a manifestação de Motta reitera que os parlamentares precisam construir um texto em acordo com a Suprema Corte. Mesmo com o posicionamento de Motta, a anistia aos envolvidos em 8 de janeiro divide parlamentares, embora a maioria defenda penas menores para quem não participou diretamente.